

Isolamento social abranda denúncias de vítimas na APVT de Ponta Delgada

O Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada tem registado desde Março um aumento no número de contactos para apoio emocional e psicológico, provenientes sobretudo dos utentes que já tiveram contactos posteriores com a associação, deixando em segundo lugar o aparecimento e encaminhamento de novos casos.

“Aqui o que sentimos é que desde meados de Março, as vítimas que têm contactado mais conosco são aquelas que já tinham o nosso acompanhamento e a quem já prestávamos atendimento subsequente (...) porque uma vítima por norma nunca tem um único atendimento”, esclarece Sílvia Branco.

Em relação ao início do ano, a gestora da Associação nos Açores indica que existiram vários pedidos de ajuda feitos diariamente circunscritos a vários tipos de crime, incluindo violência doméstica, e apesar de não chegarem frequentemente novas denúncias ou pedidos de ajuda contra alegados agressores, salienta que isto não significa que “esta situações não estejam a existir”, adicionando que as restrições existentes actualmente ao nível da circulação podem fazer com que “as vítimas acabem por não chegar até nós da mesma forma que chegavam anteriormente”.

O futuro, depois de ultrapassada a pandemia e o respectivo Estado de Emergência entretanto aplicado continua a ser uma incógnita, como seria de esperar. No entanto é visto com alguma preocupação, uma vez que o período de confinamento poderá originar um aumento exponencial de denúncias futuras, semelhante ao que acontece após um período de férias.

Estes aumentos que ocorrerem no passado justificam-se, conforme explica a gestora, pelo facto de os períodos de férias serem passados em família, seja em casa ou a passar férias no exterior, o que em algumas situações poderá tornar mais fácil o surgimento de situações de conflito entre pessoas e evidenciarem-se comportamentos menos saudáveis.

“Após, por exemplo, o período de Natal, como há algumas tolerâncias ou férias, sentíamos que em Janeiro tínhamos muitos mais pedidos de ajuda, mas claro que a comparação não pode ser tão aproximada à realidade actual.

Quanto mais tempo as pessoas passam juntas, e se estão num contexto de um agregado familiar em que as relações não são saudáveis, a tendência é para que se acentuem esses comportamentos que já não eram saudáveis, por isso receio muito o que poderá acontecer após este tempo de isolamento social”, diz Sílvia Branco.

Neste sentido, pelo menos neste período mais complexo, a gestora da APAV nos Açores elogia uma medida criada a nível nacional, uma vez que no território continental foi aberto um centro temporário de acolhimento de emergência para mulheres vítimas de violência doméstica, precisamente para evitar que estas sofram mais às mãos do companheiro durante o confinamento.

Associação continua a aceitar novos casos

Mesmo encerrado o espaço físico da associação, a Gestora da APAV Açores adianta que continuam a ser feitos todos os acompanhamentos e atendimentos necessários. No entanto, as circunstâncias que hoje são vividas fazem



Sílvia Branco elogia a criação de Centro de Acolhimento de Emergência de Vítimas de Violência Doméstica para que não sofram caladas durante o confinamento

também com que muitas pessoas remetam para segundo plano a necessidade de entrar em contacto com a associação.

“Continuamos a fazer os acompanhamentos e os atendimentos, mas a realidade é que as vítimas neste momento não sabem o que vai acontecer na sua vida nem o que vai acontecer ao seu emprego, por exemplo, e o facto de haver algo desconhecido muitas das vezes faz com que as mesmas se inibam de pedir uma ajuda seja para sair de casa, seja para dar início a um processo crime ou de divórcio”, salienta a gestora.

Porém, para as vítimas, o receio perante o desconhecido faz com que prefiram “saber com o que contam no contexto familiar, que até pode não ser o mais positivo, em vez de arriscarem dar início a um processo crime ou a um processo de divórcio sem saber o que o futuro reserva sobretudo a nível financeiro, uma vez que com esta pandemia e com o facto de o país se encontrar em Estado de Emergência, existem muitas empresas que tiveram que recorrer ao lay-off, havendo uma redução no orçamento familiar.

Nós já sentimos isso, que as condições financeiras eram por vezes determinantes na tomada de decisão por parte das vítimas para sair de casa, para dar início a um processo de divórcio e romper aquele ciclo agressivo, ainda mais neste momento”, explica.

Para além disto, também o facto de o sistema judicial se encontrar a realizar diligências apenas para os processos mais urgentes, tendo encerrado a maioria dos serviços, “faz com que as vítimas ao terem conhecimento destas situações acabem por dar um passo atrás” na hora de denunciar um agressor ou agressora.

Por esse motivo, Sílvia Branco adianta que é também importante passar a mensagem de que a associação continua a funcionar, embora “de maneira diferente por força das circunstâncias actuais” e que, como todos os pedidos serão acatados, ninguém em situação mais adversa deverá hesitar no primeiro contacto, garantindo que a delegação regional da APAV tem condições para dar encaminhamento a um pedido de acolhimento.

“Sem dúvida alguma que em situações

extremas e se se justificar a vítima pedir um acolhimento, ou considerarmos que a vítima se encontra num elevado grau de risco, todos os serviços continuam a funcionar e nós temos forma de conseguir articular uma situação de acolhimento”, afirma Sílvia Branco.

Algumas das estratégias de segurança delineadas

Contudo, tendo em conta a obrigação de permanecer o maior tempo possível no lar, é frequente existirem situações em que a vítima se encontra no mesmo espaço físico que o alegado agressor ou agressora, o que torna “impensável conseguir prestar um apoio psicológico de aproximadamente 50 minutos sem que a pessoa que lá está em casa se aperceba”, diz.

Para isso, foram delineadas algumas estratégias de segurança para que seja possível tratar estes casos da melhor forma possível, conforme explica Raquel Rebelo, estratégias estas que são possíveis de adoptar nos constrangimentos actuais e que podem “influenciar a maximização ou minimização do impacto psicológico da violência”.

Neste sentido, a gestora do Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada salienta que em primeiro lugar é importante “dar abertura ao utente para ele expressar os seus sentimentos, uma vez que o relato ajuda sempre a reorganizar a experiência que está a viver”, sobretudo quando se trata de uma situação de confinamento, onde se espera que “a vítima tenha mais necessidade de falar ou de expressar a sua situação”.

É também importante assegurar que “a contingência é temporária e que os serviços continuam à disposição das vítimas, quer seja os serviços de apoio à vítima, não só da APAV, quer também as forças de segurança”.

Outra estratégia utilizada pelos técnicos da associação quando em contacto com os utentes, passa por “aconselhar a vítima a adoptar comportamentos defensivos, ou seja, evitar ao máximo confrontos com o alegado agressor ou agressora para que não se dê uma escalada da

violência”.

Para além disto, a própria vítima deve ainda “criar momentos propícios a eventuais pedidos de ajuda, como por exemplo saídas para passear o animal de estimação ou para ir às compras, sempre respeitando as regras de segurança e conforme aquilo que for seguro fazer dentro da própria relação”, refere Raquel Rebelo.

Estes momentos fora do lar, apenas para fazer o essencial como é actualmente permitido pela lei, devem ainda ser aproveitados como “momentos de tranquilidade, fora do contexto de violência”, que de acordo com a gestora permitem que a pessoa se “reorganize emocionalmente”, principalmente se puder contar com o apoio daqueles que mais lhe são próximos.

“Tentamos explorar a rede de suporte da vítima, não só para eventuais pedidos de ajuda, mas é também importante definir códigos de emergência com os vizinhos, estabelecer contactos diários com alguém próximo para saber se está tudo bem, mas também porque essas pessoas têm um papel importante na vida da pessoa e poderão dar apoio emocional”, conclui Raquel Rebelo.

APAV terá novo espaço em Ponta Delgada

Já há vários anos que a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima reclamava um novo gabinete para Ponta Delgada, onde pudesse levar a cabo a sua missão com maior qualidade nos serviços prestados.

De acordo com Sílvia Branco, as novas instalações onde são de momento efectuadas algumas obras de remodelação irão permitir “melhorar muito a nossa capacidade de resposta”, relembrando que o gabinete começou por existir em 2004 numas instalações que pertenciam à divisão social da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

“Sentimos que havia necessidade de termos um espaço mais amplo porque os nossos pedidos de apoio começaram a aumentar, e sentimos a necessidade de adaptar o espaço e dar melhores condições às vítimas de crime que procuravam os nossos serviços”, levando a que transferissem os seus serviços para o gabinete actual.

No entanto, e tendo em conta o aumento do volume de trabalho, a gestora da APAV Açores refere que também “as instalações actuais já não garantem conforto, privacidade e confidencialidade”, embora tentem sempre “fazer o melhor possível” com a única sala de atendimento de que dispõem actualmente, algo que hoje classifica de “impensável”.

Assim, em 2017, o Instituto da Segurança Social dos Açores cedeu um espaço à associação que se encontra agora a ser remodelado, tendo como mais-valia o facto de “garantir pelo menos duas salas de atendimento, uma será acima de tudo destinada para o apoio psicológico (...), e uma outra sala que será para atendimentos sociais ou jurídicos”.

Para além disso, prevê-se também que o novo espaço da APAV em Ponta Delgada disponha ainda “de um espaço destinado ao atendimento no âmbito da linha de apoio à vítima que irá garantir privacidade e conforto para quem atende as chamadas, e vai dar sem dúvida mais espaço aos técnicos”, conclui.

Joana Medeiros